

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: a formação de profissionais da educação básica no Brasil em análise.

Cristiano Costa de Carvalho¹
Leandra de Souza Carvalho²
Ruth Gnecco Zanini³

RESUMO: O presente artigo apresenta uma breve discussão sobre a relação entre formação docente, as responsabilidades do Estado e das políticas públicas em assegurar formação e qualificação profissional para educação básica, e o crescimento dos cursos na modalidade de Educação a Distância. Para estabelecer as relações e reflexões sobre estas temáticas traçamos debates sobre a importância das políticas públicas no Estado democrático e a configuração delas no setor educacional. Posteriormente, sobre as novas faces dos cursos de graduação do ensino básico, o crescimento da modalidade EaD e índices de diminuição de qualidade por dados do ENADE, referenciamos a importância da formação profissional no contexto de precarização do ensino. Em termos de metodológicos a pesquisa se caracteriza como qualitativa com utilização de fontes bibliográficas e documentais.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação. Formação de professores.

ABSTRACT: This article presents a brief discussion about the relationship between teacher training, the responsibilities of the State and public policies to ensure training and professional qualification for basic education, and the growth of courses in the Distance Education modality. In order to establish relationships and reflections on these themes, we outline debates on the importance of public policies in the democratic State and their configuration in the educational sector. Subsequently, on the new faces of undergraduate courses in basic education, the growth of the Distance Learning modality and the decrease in quality indices based on ENADE data, we refer to the importance of professional training in the context of precarious teaching. In terms of methodological research is characterized as qualitative with the use of bibliographic and documental sources.

Keywords: Public policy. Education. Teacher training.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a política de educação sofreu uma redução drástica de investimentos em ressonância a Proposta de Emenda Constitucional nº 55, de 2016 (PEC 55/2016). Esta PEC limitou e congelou os gastos na saúde e educação em relação ao

¹ Bacharel em Serviço Social (PUC Minas), Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local (UNA) e doutorando em Serviço Social (FCHS/UNESP). E-mail: cristiano.c.carvalho@unesp.br

² Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Internacional do Delta, especialista em saúde pública com ênfase na saúde mental pela Faculdade Aldemar Rosado (FAR) e em docência do ensino superior. Pós-graduanda em LIBRAS; e em Serviço Social na educação pela Faculdade Dexter. Experiência na área de assessoria e consultoria em educação e Serviço Social. E-mail: leandra.carvalhoseso@gmail.com

³ Bacharel (UFSC) e Mestranda em Serviço Social (FCHS/UNESP). E-mail: ruthzanini.sso@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

percentual de inflação do ano de 2017, o que na prática significa a paralização de investimentos e despesas do governo por 20 anos a partir de 2017. Este corte alargou uma série de situações que o setor já vinha enfrentando, entre elas estão o déficit quanto ao ensino e aprendizagem, a organização, a piora nas condições de trabalho e salários de docentes e administrativos. E é dentro deste cenário, com as diferentes possibilidades de abordagens destas problemáticas, que pretendemos apresentar de maneira clara e objetiva sobre a importância de políticas públicas para formação de professores da educação, em especial, do ensino básico.

O objetivo geral da pesquisa é apresentar tendências nas políticas de formação de profissionais para atuação na educação básica, em face das novas configurações de ensino. Enquanto método, buscamos uma leitura sob o viés da pedagogia histórico crítica que alia a teoria e a tradição marxista. Já em termos de metodologia a pesquisa se caracteriza de cunho qualitativo, com a utilização de fontes bibliográficas e documentais.

Para alcançar o objetivo tecemos considerações sobre as políticas públicas no Estado democrático e a configuração delas no setor educacional. Posteriormente, sobre as novas faces dos cursos de graduação do ensino básico, o crescimento da modalidade EaD e índices de diminuição de qualidade conforme informações do ENADE, referenciamos a importância da formação profissional no contexto de precarização do ensino. Partimos na defesa que o momento atual do país é a necessidade de retomar com seriedade e densidade o debate sobre os investimentos e as condições adequadas para as políticas educacionais de forma geral, em particular, para a formação de professores da educação básica.

O recorte realizado em relação aos professores da educação básica se dá em face ao estudo realizado pelo Instituto de Excelência a Serviço do Ensino Superior (Instituto SEMESP) que “indica que em 2040, haverá o risco de o Brasil enfrentar um “apagão” de professores na educação básica: faltarão 235 mil docentes nas escolas do país”. Sobre o referido estudo, vale a pena destacar que o instituto é vinculado a entidade que representa mantenedoras de ensino superior do Brasil, ou seja, até as instituições de natureza mercantil de educação apresentam preocupações com a precarização da formação de professores para educação básica.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Ainda sobre o estudo do Instituto Semesp, destaca que os fatores como: desinteresse dos mais jovens pela carreira docente, envelhecimento dos profissionais da categoria, avanço do ensino à distância na formação de licenciaturas, a alta evasão de alunos desta modalidade⁴ e o abandono precoce da carreira junto a baixa remuneração são determinantes para o referido “apagão”. Sobre remuneração:

De acordo com dados de 2020 da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), um professor do ensino médio ganhava, em média, R\$ 5,4 mil. É um salário mais baixo do que o recebido por profissionais graduados e empregados no Brasil (R\$ 6,5 mil) (G1, 29/09/2022).

Para que possamos aprofundar no debate sobre a trajetória da política pública educacional é necessário perpassar o processo de constituição das políticas públicas e suas interfaces relacionadas à educação. E dentro deste processo compreendemos que a educação é uma ciência de aprendizagem humana e responsável pela formação técnica e científica de profissionais para assegurar as condições mínimas necessárias para o desenvolvimento e soberania do país.

A reformulação das políticas públicas educacionais deve ser amplamente debatida devido a extrema importância para definir os rumos da sociedade brasileira em uma nova perspectiva de avanço sobre os problemas identificados e a formação de professores é um elemento estratégico e necessário.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

As políticas públicas remetem a uma definição recente e ampla no campo das ciências sociais, que tem como objetivo analisar e explicar o Estado, uma vez que suas instituições administrativas impactam e regulam diversos aspectos da vida em sociedade. Também é importante destacar que as políticas públicas e sociais, de modo geral, são atravessadas pelo viés classista e conseqüentemente dos distintos projetos societários. Segundo Behring e Boschetti (2006), as concepções de projetos societários propõe a

⁴ O Instituto Semesp com base em estudos do IENP identifica que predominante desde 2016, as taxas de evasão são mais altas nos cursos de Ead na formação de professores (de cada 3 alunos de EAD, um desiste no meio do caminho).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

construção de uma nova ordem social ou de manutenção do *status quo*. No caso, partimos da premissa sobre a necessidade de fortalecimento de direitos e políticas sociais no âmbito do capitalismo, e o projeto de luta por eles para construção de uma sociedade justa e com equidade não significa aceitar o quadro e manutenção do capitalismo.

Dessa forma, o desafio é estruturar forças e criar alianças estratégicas para a construção de uma sociedade justa enquanto mediação⁵ civilizatória. Para isso, devemos reconhecer os limites impostos pela estrutura econômica capitalista, das quais os fatos e ideias se movem, mudam, evoluem, porque são processos dinâmicos e é por isso, como amplamente tratado por Behring e Boschetti (2006), persiste a necessidade de compreender políticas públicas no cerne do processo de elaboração e execução, de forma didática possivelmente visualizando e organizando fases envolvidas nesse processo.

No discurso institucional é perceptível identificar a compreensão de diversos sujeitos sociais e das instituições do Estado que as políticas públicas solucionam a grande demanda de 'problemas sociais'. No entanto, é de fato visível a não permanência de recursos para manutenção e realização contínua de projetos, de tal modo, a gestão de políticas públicas além das complexas relações com mercado⁶, depende dentre outras prioridades, da capacidade técnica dos (as) servidores (as) públicos (as) e principalmente do orçamento público.

Necessário o reconhecimento da existência de uma pluralidade de sujeitos para além dos governos, que se envolvem na formulação de políticas públicas, tais como os grupos políticos das mais diferentes matrizes e espectro político-ideológico, econômicos e dos movimentos sociais. Cada qual com maior ou menor influência a depender do tipo de política formulada e das coalizões que integram o governo, e apesar da literatura argumenta que o papel dos governos tem sido encolhido por fenômenos como a globalização, a diminuição da capacidade dos governos de intervir, formular políticas

⁵ De acordo com Pontes (2000), a mediação é constitutiva da ontologia do ser social por que seus enunciados sempre se colocam diante de certo tipo de um ser e se apoiam no próprio movimento das categorias da realidade e, não em conceitos ideais lógicos, ou seja, a mediação é própria da ontologia do ser social, ela está presente na sociabilidade do ser social. Portanto, sustenta-se na perspectiva da relação homem (ser social) e natureza (ser natural) (primado econômico do ser social), ou seja, o trabalho assume o primado de condicionador da existência humana (PONTES, 2000).

⁶ Sobre a complexa relação entre Estado e mercado, vale a pena conferir a tese de Paula (2016) ao tratar do Estado-desenvolvimento-capitalismo no seu complexo tenso e contraditório.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

públicas não está empiricamente comprovada. “Visões menos ideologizadas defendem que, apesar da existência de limitações e constrangimentos, estes não inibem a capacidade das instituições governamentais de governar a sociedade” (PETERS, 1998, p. 409) e apesar de tornar a atividade de governar e de formular políticas públicas mais complexas, dado o avanço das instituições do Estado, bem como da democracia.

Regularmente ou em tese, o Estado moderno é permeado pelo procedimento democrático, e por essa razão elegemos representantes capazes de gerenciar os problemas e dilemas identificados pela sociedade na tentativa de conciliar os mais diversos interesses. Tendo em vista as formulações do Estado moderno, destaca a importância da participação da sociedade civil em torno das políticas públicas, mas para isso, é necessária uma boa compreensão da tripartição de poderes idealizada por Montesquieu (1689 -1755), sobre a estrutura e divisão de poderes tais como executivo e judiciário.

Os poderes do Estado foram pensados de forma a propiciar a maior liberdade possível segundo a visão de Montesquieu. Distinguem-se três tipos de poderes nos diversos Estados: o poder legislativo, o poder executivo do Estado, e o poder de julgar ou judiciário. Por meio do primeiro, o príncipe ou magistrado cria, altera ou até mesmo anula as leis. Estas podem ter caráter temporário ou permanente. Pelo poder executivo do Estado “ele faz a paz ou a guerra, envia ou recebe embaixadas, instaura a segurança, previne invasões”. (MONTESQUIEU, *apud* NOGUEIRA *et al*, 2011, p. 2). E pelo poder de julgar, como o próprio nome nos diz, julgam-se os desentendimentos e se punem os crimes. É importante salientar que Montesquieu foi o responsável pela inclusão expressa do poder de julgar dentre os poderes fundamentais do Estado. E assim, revela ao mundo os contornos da acepção mais difundida da separação dos poderes.

Assim analisando os diversos aspectos definição do ponto de vista teórico-conceitual, a política no contexto geral abrange o campo da política social e democrática, particularmente na esfera interdisciplinar em foco das implicações de natureza pública em seus processos no que se refere inter-relação entre estado, política, economia e sociedade.

2.1 CONTEXTUALIZANDO POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Antes de adentrar no contexto que envolve as Políticas Públicas Educacionais, tem-se o entendimento do que vem a ser Política Pública, que a partir da etimologia da palavra se refere ao desenvolvimento a partir do trabalho do Estado junto à participação do povo nas decisões. Dessa forma:

Se “políticas públicas” são tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, política pública educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais são um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar (OLIVEIRA, 2010, s.p).

Deste modo as mudanças exigidas na sociedade contemporânea que se constrói sob o auspício de uma nova ordem na educação, este artigo trará a lume o fato de que as políticas de educação no Brasil cingiram-se desta complexidade, especialmente, ao não priorizar a qualificação e capacitação de profissionais na área da educação básica posterior a promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxe uma visão humanizada a toda a sociedade e adentrou os portões das escolas. De fato, há uma vertente por meio da Constituição em seu Art. 205.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Em relevância e análise a Teixeira (1946) se destaca a reformulação da educação como um importante processo democrático e favorável a sociedade, de cunho teórico sendo caracterizado na prática como instrumento de reconstrução. Transformando assim, toda transição política em atualidade, como marco em diversos aspectos diante as políticas públicas educacionais.

Nos fins da década de 20 e 30, parecia, assim, que estávamos preparados para a reconstrução de nossas escolas. A consciência dos erros se fazia cada vez mais palpante e o ambiente de preparação revolucionária era propício à reorganização. O país iniciou a jornada de 30 com um verdadeiro programa de reforma educacional. Nas revoluções, como nas guerras, sabe-se, porém, como elas começam, mas não se sabe como acabam (TEIXEIRA, 1976, p. 26).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Foi em meio a esse período revolucionário que houve também o surgimento de uma segunda reforma do ensino no Brasil no ano de 1937⁷, sendo instituída a Lei Orgânica do Ensino. Em fins da década de 1940 houve um debate fervoroso pela construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE Lei nº 4.024), da qual o movimento destacava a fala do educador Anísio Spínola Teixeira (1900-1971), ou mais conhecido Anísio Teixeira (1976), sendo necessária a ressalva na qual o avanço na educação passa ser visto como capaz de salvar a sociedade de todos os seus males.

Todo o movimento era pela reforma de métodos, e pela implantação de novos tipos de educação. Surgiu a universidade. Ensaçou-se o ensino médio flexível, com a integração do ensino geral com o técnico no Distrito Federal. A escola primária recuperou o prestígio e deu-se início à reforma dos seus objetivos e processos de ensino. A vinda de professores estrangeiros para as novas escolas superiores, em São Paulo e no Rio de Janeiro, era uma coisa vantajosa e promissora. [...] Numa segunda fase, a reação e um confuso tradicionalismo infiltraram-se com pertinácia e não sem êxito, trazendo para a educação resultados paradoxais (TEIXEIRA, 1976, p.26).

Visando enfatizar a importância das políticas públicas educacionais com a formulação da LDBE destacamos o artigo nº 1 da referida lei, onde a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Através dele reforçamos os aspectos da história da educação no Brasil em relação às políticas públicas educacionais. Em geral, a reforma educacional no Brasil tem o contexto elevado às disputas ideológicas que perduram entre as décadas 30 a 60 do século XX.

Diante da explanação e contextualização citados é de fato visível toda e qualquer forma de redemocratização sobre as políticas pública educacional, ressaltando os avanços, desafios e possibilidades por uma educação reformulada, reestruturada, democrática, de qualidade e livre acesso a toda sociedade, enquanto uma construção histórica de projeto da sociedade.

⁷ A historiadora Diana Gonçalves Vidal ao tratar do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova destaca que [...] “Assim, o documento emergiu como parte do jogo político pela disputa do controle do Estado e de suas dinâmicas, e, portanto, como elemento de coesão de uma frente de educadores que, a despeito de suas diferenças, articula-se em torno de alguns objetivos comuns, como laicidade, gratuidade e obrigatoriedade da educação. Ademais, ele também foi representante de um grupo de intelectuais que abraçava um mesmo projeto de nação, ainda que com divergências internas” (VIDAL, 2013, p. 577).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

2.2 FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Atualmente o debate sobre a importância da formação de profissionais na área da educação básica vem sendo mais evidenciado pelo cenário de inúmeras dificuldades de operacionalização do setor, dentre elas destaca-se a falta de investimentos que fortaleçam o sistema educacional. Está relação denuncia a não aplicação de políticas públicas educacionais para um reparo e reestruturação da educação enquanto esfera de competências qualitativas no processo de ensino e aprendizagem para desenvolvimento humano, bem como, de possibilidade de acesso aos conhecimentos previamente produzidos e sistematizados.

Os problemas da formação de professores só podem encontrar soluções satisfatórias se compreendermos que formação e profissionalização docente são aspectos indissociáveis e que estão profundamente imbricados na escolha da profissão, na forma de ingresso no campo de atuação, no acolhimento no local de trabalho, nas formas de organização e produção do trabalho escolar, no grau de satisfação profissional com a carreira e com a profissão e nas perspectivas de crescimento e desenvolvimento profissional ao longo da vida (GUIMARÃES, 2006, p.111)

Colocando em pauta a deprimente realidade em que docentes vem perpassando durante décadas de jornada profissional, entre os descaminhos de um docente depressivo, estressado, despreparado e muitas vezes desmotivado por falta de opção financeira ou vocacional a magistratura no ensino básico é classificada como uma das profissões mais significativas, porém ordenando um contexto problematizado e fragilizado. No entanto, a educação prevalece sendo o alicerce do indivíduo e da sociedade e é necessário acreditar na educação enquanto valor humano e um projeto emancipatório em seu caráter político e humano a ser alcançado.

Além disso, o debate sobre a importância da formação de profissionais na educação básica tem sido destaque como prioritário no que desrespeito a formação continuada desses profissionais, onde ele passa de docente para aluno, colocando seu conhecimento em pauta e desenvolvendo habilidades ou até mesmo, dificuldades. O processo de formação desses profissionais se dá através da aquisição de informações

PROMOÇÃO



APOIO





científicas e didáticas, ressaltando um conceito de formação que adere a uma construção de conhecimentos e teorias sobre a prática, para então, trabalhar uma reflexão crítica.

Através dessa observação, Imbernón afirma:

A formação terá como base uma reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente, de modo a permitir que examinem suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes etc., realizando um processo constante de autoavaliação que oriente seu trabalho. A orientação para esse processo de reflexão exige uma proposta crítica da intervenção educativa, uma análise da prática do ponto de vista dos pressupostos ideológicos e comportamentais subjacentes (IMBERNÓN, 2006 p.48-49).

Francisco Imbernón (2006) ressalta que vivemos em constante transformação pessoal e profissional pelo simples fato de que o conhecimento é um conjunto de conceitos entre valores, teorias e crenças, sendo adquiridas durante suas experiências obtidas em seu dia a dia profissional. Sendo destacada uma época de muitas incertezas e transformações na área da educação, colocando nesse contexto a figura do educador que deve estar sempre se inovando e se reciclando, para acompanhar cada evolução e seus desafios contemporâneos.

2.3 A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DILEMAS

Como destacado anteriormente, a formação de professores deve ser compreendida em uma perspectiva sociohistórica o que “[...] permite entender de que forma têm ocorrido os desdobramentos dessa formação ao longo do tempo, principalmente aqui no Brasil” (GOMES, *et al.*, 2019).

Bertotti e Rietow (2013) afirmam que “o fato é que a grande maioria dos países ainda não logrou atingir os padrões mínimos necessários para colocar a profissão docente à altura de sua responsabilidade pública, para com os milhões de estudantes” (Gatti, 2009, p. 8, *apud* Bertotti; Rietow, 2013).

Também é importante destacar que na década de 90 o Brasil foi adepto do conjunto de receitas propostas pelo Consenso de Washington e isso significou um plano político e econômico de alteração substancialmente no sentido do Estado, seu sistema de proteção

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



social e políticas educacionais, uma vez que desenvolve o que Souza Filho (2011) caracteriza como:

Contraposto ao padrão democrático, o padrão neoliberal de política social “[...] fundamenta-se na lógica do receituário neoliberal proposto pelo Consenso de Washington – pautado na estabilização monetária, abertura comercial e privatização – e nos preceitos de um “social-liberalismo” que não se distingue concretamente das experiências neoliberais de redução do Estado na área social. Configura-se contrário ao padrão democrático. Essa orientação política tem tido adesão de grande parte da sociedade e de quase todos os órgãos da mídia” (SOUZA FILHO, 2011, p.172).

Este conjunto de orientações políticas assume um caráter devastador no campo das políticas públicas e sociais, o que requer uma reflexão sobre o referido contexto e os rebatimentos na educação pública.

A tese sustentada pelos adeptos do neoliberalismo consiste no que Sônia Draibe (1993) explica, de que as políticas sociais em seu caráter universalizante, provoca distorções e inibem a livre concorrência entre os indivíduos, ou mesmo inviabilizam a mercantilização de serviços, entre eles a educação. Por isso, segundo os ideólogos do neoliberalismo, a intervenção do Estado no campo social deve limitar-se a programas assistenciais – auxílio à pobreza – sempre que necessários e de forma complementar à filantropia privada. Ou seja, nesse cenário a educação básica pública passa a ser compreendida como uma política pobre para pessoas pobres, nesta perspectiva, o intuito aqui é desenvolver um mercado educacional privado, tratado como de excelência e conseqüentemente, as escolas públicas como mera reprodução da qualificação mínima para o mercado de trabalho, assegurando a reprodução da lógica instituída ao Brasil, de capitalismo periférico⁸.

Para uma compreensão atual sobre os desafios da formação docente, o presente estudo realizou uma análise dos dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) aplicado no ano de 2021, cujos resultados foram divulgados em setembro de 2022 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

Seguindo a premissa dos mínimos sociais, o Estado falha com as políticas de formação de professores. Um exemplo: dados revelam que pela primeira vez, o número

⁸ Sobre a definição de capitalismo periférico confira CHESNAIS (1996) e IANNI (1992).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



de estudantes brasileiros que cursam graduação na modalidade de licenciatura a distância (EaD) superou o de alunos que seguem o sistema presencial. De um total de 492.461 alunos que participaram do exame do ENADE no ano de 2021, 235.659, ou 48%, estavam inscritos em cursos presenciais, enquanto 256.802, ou 52%, frequentavam cursos na modalidade EaD.

Das 1.312 instituições de ensino superior no Brasil que proporcionam a formação de licenciaturas participantes da edição do Enade no ano de 2021, 82% delas eram privadas e 18% públicas. Foram avaliados 7.997 cursos de grau acadêmico de 30 áreas diferentes, dos quais 5.043 são de licenciatura, 2.121 bacharelado e 833 tecnológico. Devido à pandemia de Covid-19, a edição de 2020 não chegou a ser realizada e a realização do ENADE só foi retomada no ano de 2021 e os resultados aqui apresentados foram publicados no ano de 2022.

Sobre estes dados, em entrevista para o jornal da UNESP (2022), o professor da USP e ex-presidente do Inep, Otaviano Helene, associa os dados do ENADE 2021 ao seguinte fenômeno: “Nos últimos quatro ou cinco anos passamos por uma desorganização do sistema [educacional]”. Continua: “O ensino superior não serve mais como um processo de qualificação da população, e formação de profissionais ou desenvolvimento cultural. Virou um negócio desorganizado e isso custa muito caro para o Brasil”.

Ainda na entrevista, o ex-presidente do Inep avalia que a maneira como o processo (de oferta de cursos de licenciatura na modalidade em Ead) tem se dado no Brasil, nenhum outro país adotou a mesma perspectiva, e que as instituições de EaD e particulares sugerem a substituição do ensino presencial e as universidades de qualidade, ainda que seja claro que algumas universidade particulares têm qualidade.

Conforme o Inep, o conceito do Enade é um indicador de qualidade que avalia os cursos por intermédio dos desempenhos dos estudantes no Enade. Seu cálculo e sua divulgação ocorre anualmente para os cursos com pelo menos dois estudantes concluintes participantes do exame. Na edição de 2021 do Enade, ao fazer o recorte dos cursos de licenciatura e o respectivo comparativo entre cursos presenciais e o Ead, temos o seguinte resultado:

PROMOÇÃO



APOIO



Tabela 01: Relação de conceitos do Enade nas instituições presenciais e de ensino a distância.

Faixa	Educação a Distância	Educação Presencial
1	57 (5,7%)	258 (3,7%)
2	384 (38,3%)	1.777 (25,4%)
3	346 (34,5%)	2.637 (37,7%)
4	116 (11,6%)	1.509 (21,8%)
5	21 (2,1%)	407 (6%)
SI*	78 (8%)	407 (6%)
Total	1002	6995

Fonte: Adaptada pelos autores com informações extraídas do INEP, 2022.

Este quadro apresenta a relação de conceitos do Enade com o número de instituições públicas e privadas (EaD e presencial) que realizaram a respectiva prova em 2021. A tabela demonstra claramente que mais de 70% (conceito “3”, “2” e “1”) das instituições a distância possuem notas inferiores a “3”. E, com a mesma porcentagem, 70% (conceito “3”, “4” e “5”), as instituições que ofertam o curso na modalidade presencial possuem notas superiores a “3”. Além disso, a relação de porcentagem do maior conceito (“5”) entre as instituições que possuem uma diferença significativa em termos proporcionais, às EaD tiveram 2% do total, enquanto as públicas quase 6%.

O ENADE avalia o desempenho de competências dos discentes matriculados na educação superior à véspera da conclusão da graduação e em termos técnicos estamos falando de sujeitos em condições ‘aptas’ para assumirem o ofício de docente, assim, a prova do ENADE ‘capta’ e ‘mede’ as competências desenvolvidas no processo de ensino-aprendizado ofertado na instituição de ensino superior na qual o estudante está inserido.

É certo que existem inúmeras críticas a esta forma de avaliação proporcionada pelo ENADE, mas ao mesmo tempo é uma informação concreta da relativamente simples com o objetivo de medir capacidades mínimas, mas como visto, os estudantes em sua maioria não conseguem expressar o conhecimento mínimo em uma prova de cunho discursiva e de múltipla escolha, o que de certa forma sinaliza para elementos preocupantes sobre as

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



tendências da mercantilização e da precarização da formação de professores no Brasil para educação básica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados pelo INEP (2022) sinalizam questões complexas que demandam o Estado brasileiro instituir uma ampla política de valorização da formação de professores de forma condizente com a realidade e perfil das pessoas que optam pela formação em docência na educação básica, pois não encarar este fenômeno marcado pela precarização, sem dúvida compromete e pode prejudicar o país a curto médio e a longo prazo.

Como destacado, existe um abismo que separa o desempenho dos cursos da área de licenciatura, assim, identificamos que cursos e as respectivas licenciaturas em artes visuais, ciência da computação, ciências biológicas, ciências sociais, educação física, filosofia, geografia, história, letras (e respectivas ênfases: inglês, espanhol, português e inglês), música, pedagogia e química são as mais afetadas, desta forma, é praticamente impossível não fazer a comparação sobre os resultados obtidos nas modalidades presencial e no EaD.

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) tem sido defendido e por hora questionado por diversos segmentos da sociedade, não existem consensos, mas representa uma materialidade que capta elementos básicos do processo formativo de forma objetiva, assim, mede as capacidades individuais, mas também, apresenta um diagnóstico geral sobre as políticas de educação superior e no nosso caso, uma análise sobre as principais tendências da formação de professores para educação básica no Brasil.

O aumento exponencial de matrículas na modalidade de educação a distância, pela primeira vez superado na história do país sobre o número de alunos na educação presencial, no campo das licenciaturas, sinaliza inúmeras questões, pois ainda persiste a dificuldade de formação de professores, especialmente para um país como o Brasil que possui uma dimensão continental mas que demanda em caráter de urgência a qualificação de professores.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2006.

BERTOTTI, R. G; RIETOW, G. **Uma breve história da formação docente no Brasil: da criação das escolas normais às transformações da ditadura civil militar.** XI Congresso Nacional de Educação – Educere. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, de 23 a 26 de setembro de 2013.

BRASIL. **Lei nº.9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/lbd_5ed.pdf>. acessado em 2023.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

DRAIBE, S. M. As políticas sociais e o neoliberalismo. **Revista USP**, n. 17. São Paulo: Ed. da USP, 1993.

EVANGELISTA, O. Anísio Teixeira e a Educação: um roteiro possível de leitura (1930-1950). **Revista Portuguesa de Educação**, Florianópolis, v. 20, p. 87-125, 1993.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia.** 28. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.p.43.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

G1. Brasil pode enfrentar 'apagão de professores' em 2040, diz pesquisa. G1. Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/09/29/brasil-pode-enfrentar-apagao-de-professores-em-2040-diz-pesquisa.ghtml>> acesso em 20 de maio de 2023.

GOMES, M. M; GOMES, F das C; ARAUJO NETO, B B de; MOURA, N D de S; MELO, S. R de A; ARAUJO, S. F de; NASCIMENTO, A. K do; MORAIS, L. M. D de. Reflexões sobre a formação de professores: características, histórico e perspectivas. **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 15, 6 de agosto de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/15/reflexoes-sobre-a-formacao-de-professores-caracteristicas-historico-e-perspectivas>

GUIMARÃES, W. S. **Formação de professores: Saberes, identidade e profissão.** 3. ed. Papirus, 2006.

IANNI, O. (Org.). **Marx: sociologia.** São Paulo: Ática, 1992.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e incerteza.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo técnico do Exame Nacional de Cursos. Brasília, DF, 2022.

JORNAL DA UNESP. É hora de reformular sistema de ensino a distância, defendem professores. São Paulo, 30 de setembro de 2022. Disponível em: <<https://jornal.unesp.br/2022/09/30/e-hora-de-reformular-sistema-de-ensino-a-distancia-defendem-professores/>> acesso em 20 de maio de 2023.

MONTESQUIEU. **Do espírito das Leis**. Trad. Jean Melville. São Paulo: Editora Martin Claret. 2003.

MONTESQUIEU. **O espírito das leis**. Tradução de Cristina Murachco e introdução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Abril, 2000.

OLIVEIRA, A. F de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Fronteiras da educação: tecnologias e políticas**. Goiânia-Goiás: PUC Goiás, 2010.

PAULA, R. F dos S. **Estado Capitalista e Serviço Social: o neodesenvolvimentismo em questão**. Campinas: Papel Social, 2016.

PETERS, B. G. “Review: Understanding Governance: Policy Networks, Governance, Reflexivity and Accountability by R. W. Rhodes”, Public Administration 76: 408-509. 1998.

POLIDORI, M. M.; MARINHO-ARAÚJO, C. M.; BARREYRO, G. B. **SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [on-line]. Rio de Janeiro, v.14, n.53, p. 425-436, out./dez. 2006: Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362006000400002>>.

PONTES, R. N. **Mediação: categoria necessária para a prática do assistente social**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; Conselho Federal de Serviço Social; Universidade de Brasília - CEAD. (Org.). In. **Capacitação em política social e Serviço Social**. V. 3, 2000.

SOUZA FILHO, R. de. **Gestão pública e democracia: a burocracia em questão**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

TEIXEIRA, A. S. **Educação é um direito**. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

TEIXEIRA, A. S. **Educação no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

VIDAL, D G. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. In. **Educação e Pesquisa** [On-line]. São Paulo, v. 39, n. 3, p. 577-588, jul./set. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022013005000007>> acesso em 21/03/2023.

PROMOÇÃO



APOIO

